

Pesquisa SINDEEPRES
A modalidade empresarial na
terceirização da mão de obra

Marcio Pochmann

**Presidente do Ipea e professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de
Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp**



Parte 2

Pesquisa SINDEEPRES

**Modalidade Empresarial na
Terceirização da Mão de Obra**



SINDEEPRES



Sede do Sindeepres em São Paulo



SUMÁRIO



Apresentação.....	07
Palavra do presidente Genival Beserra Leite.....	10
PARTE 2	
Evolução das Empresas de Terceirização.....	15
Principais características das empresas de terceirização.....	17
Impactos das decisões empresariais de terceirização de mão de obra.....	21
Considerações finais.....	26
Bibliografia de referência.....	28

SINDEEPRES

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – Sindeepres – é uma entidade sindical de representação de classe profissional fundada em 31 de agosto de 1992. Tem 160 mil associados e representa mais de 700 mil trabalhadores temporários e terceirizados na área de prestação de serviços de todo o estado de São Paulo.

www.sindeepres.org.br



APRESENTAÇÃO



Marcio Pochmann¹

Na virada do século XX, as atividades empresariais, no conjunto das economias capitalistas, sofreram modificações extremamente profundas. De um lado, a ascensão japonesa, por meio da organização da produção e trabalho em novas bases, representada pela reinvenção da competitividade toytista e da empresa enxuta, colocava à margem os custos de estocagem estabelecidos pela antiga modalidade fordista estadunidense. A grande empresa reestruturou o conjunto de seus fornecedores para operar articulada e flexivelmente com o ritmo de produção e as necessidades de externalização de partes do processo de produção e distribuição de bens e serviços.

De outro lado, o avanço na onda de inovação técnica permitiu que as tecnologias de informação e comunicação – TIC's – alargassem ainda mais o enraizamento da produção global por meio das empresas operando em rede. Ou seja, um conjunto de empresas filiadas que se articulam em termos mundiais com as decisões de produção, determinadas pela centralização da empresa matriz. Nesse sentido, uma mercadoria global passou a ser produzida com partes padronizadas advindas de diferentes países e regiões do mundo.

O objetivo da redução dos custos de produção estava orientado, fundamentalmente, na ampliação dos ganhos de produtividade motivados pela onda de inovação tecnológica e organizacional da empresa. A flexibilidade para contratar tornou-se o imperativo da concentração de resultados e socialização de prejuízos impulsionados pela reestruturação empresarial.

No Brasil, a onda empresarial reestruturante se apresentou na década de 1980, mas foi, por várias razões, sendo postergada, quando não desviada de suas finalidades originais e comparáveis à realidade dos países desenvolvidos. A terceirização foi o fenômeno que ganhou maior evidência, sobretudo a partir dos anos 1990, com o movimento de abertura comercial e da desregulação dos contratos de trabalho.

Também a estabilidade monetária, alcançada a partir de 1994, expressou a prevalência de um ambiente competitivo não isonômico às empresas e trabalhadores brasileiros. Diante da prevalência do baixo dinamismo econômico, em meio à taxa de câmbio valorizada e altas taxas de juros, os trabalhadores terminaram sendo os mais fortemente atingidos, com desemprego crescente e ofertas precárias de trabalho.

Atualmente, conforme registrado em relatório anterior, o trabalho terceirizado perdeu importância relativa em relação ao total do emprego formal gerado no Brasil, embora seja crescente a expansão absoluta dos empregos formais. Por serem postos de trabalho de menor remuneração e maior descontinuidade contratual, os empregos terceirizados atendem, fundamentalmente, a mão de obra de salário de base. Dessa forma, as ocupações geradas em torno do processo de terceirização do trabalho tendem a se concentrar na base da pirâmide social brasileira. O uso da terceirização da mão de obra tem se expandido pelo setor de serviços, embora esteja presente em todos os ramos do setor produtivo.

1 - Professor do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas.

Nessa passagem para o século XXI, o país apresentou quatro modalidades empresariais distintas de terceirizada do trabalho. A primeira observada ainda durante a década de 1980, quando se expressou o movimento de focalização empresarial das atividades especializadas. Em geral, a terceirização da mão de obra correspondeu com a externalização da partes das atividades que anteriormente eram realizadas, sobretudo nas grandes empresas privadas estrangeiras. A internalização de novos métodos de organização da produção e gestão da força de trabalho, adotada originalmente nas economias desenvolvidas, permitiu que a taxa de terceirização fosse crescente. Entre 1985 e 1990 a taxa de terceirização do emprego formal no estado de São Paulo passou de 11,7% para 58,2% do saldo líquido das ocupações geradas a cada ano.

Com a recessão econômica no início dos anos 1990, concomitante com os fracassos dos planos de estabilização monetária e abertura comercial, a dinâmica da terceirização da mão de obra como mecanismo de modernização das grandes empresas perdeu sentido. O corte generalizado do emprego em um contexto de altas taxas de inflação permitiu ao setor patronal encontrar ajustes de custos alternativos à terceirização de mão de obra. Entre 1990 e 1995, por exemplo, a taxa de terceirização no estado de São Paulo decresceu de 58,2% para 8,9% do saldo total líquido de postos de trabalho formais abertos.

Ademais da estabilização monetária, a partir do Plano Real, com impacto inegável na redefinição da estrutura de preços e competição no interior do setor produtivo, teve importância o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que definiu os setores cabíveis da terceirização da mão de obra, e concedeu segurança jurídica às empresas. Em virtude disso, a trajetória da contratação de empregados formais entrou na sua terceira dinâmica. Por consequência, a taxa de terceirização registrou elevação inédita, passando de 8,9% para 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados no estado de São Paulo, entre 1995 e 2002.

Dessa forma, o movimento de terceirização da mão de obra que até então se encontrava relacionado ao interesse das grandes corporações transnacionais passou a ser difundido ao conjunto das empresas em operação no Brasil. Pelas condições da estabilidade monetária, alcançada com altas taxas de juros reais e valorização do real, as condições de competição interempresarial tornaram-se mais acirradas. A redução do custo do emprego da força de trabalho estimulou o crescimento da terceirização, inclusive no aparecimento de empresas sem empregados.

A quarta dinâmica na trajetória da contratação de empregos formais ganhou importância desde o início da década de 2000, com a queda na taxa de terceirização. Entre 2000 e 2010 a taxa de terceirização passou de 97,6% para 13,6% do saldo líquido de empregos formais constituído no estado de São Paulo.

Em função disso, a presente investigação trata de analisar as modalidades empresariais da terceirização da mão de obra. Para isso, contou-se com o inestimável conjunto de dados sistematizados para o estado de São Paulo, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – e pelo Sinddeepres.

Três são as partes constitutivas, sendo a primeira voltada para evolução das empresas de terceirização. Na sequência, são reunidas as principais características das empresas de terceirização, enquanto a terceira parte trata do impacto das decisões empresarias relativas à terceirização da mão de obra.

PALAVRA DO PRESIDENTE

NOSSA TRAJETÓRIA



O movimento sindical tem um papel importante na democratização do desenvolvimento. É da luta de trabalhadores que o desenvolvimento e o bem-estar social são conquistados ou mantidos.

Os sindicatos usam como forma de luta vários instrumentos, entre eles: as greves, as negociações, os acordos coletivos, as paralisações, as manifestações, os atos públicos, as reuniões, as assembléias.

Mas o sindicato também precisa evoluir nesses instrumentos. Além de usar essas ferramentas, é necessário ter o cuidado em oferecer serviços de qualidade ao trabalhador, seja por meio do atendi-

mento nas sedes e subsedes, seja na oferta de lazer, de cursos etc.

E o sindicato deve parar por aí? Não! Definitivamente, não!

O sindicato moderno deve investir na obtenção e na divulgação de dados sobre o mercado de trabalho do qual ele está vinculado. A tradução disso é que o trabalhador precisa conhecer e reconhecer sua situação e o que tem conquistado, em termos de salário, de condições de trabalho, de quem atua e de quem contrata.

O trabalho de pesquisar o seu mundo – sua realidade – é algo que não pode ser desconsiderado, o sindicato não pode ficar na dependência de órgãos do governo ou de pesquisas de respostas aos questionários. É preciso investir, em médio e longo prazo, no registro, na sistematização e na metodologia de mensuração de dados.

Este trabalho deve ser prioritário para todo e qualquer sindicato, para todo e qualquer grupo de trabalho, seja de empresas, Ong's, associações etc.

No caso dos trabalhadores terceirizados mais ainda, pois até o Sindeepres iniciar a organização de pesquisas, quase ou nada se sabia desse mercado de trabalho. O que se sabia, em geral, é que é uma área que cresce. Que tem problemas etc. Mas se só geram problemas, porque cresce? Qual a razão de muitas empresas e órgãos de Estado partirem para a contratação de terceirizados? Se for um fenômeno mundial, porque só o Brasil não tem uma regulamentação?

Mas uma pergunta que não quer calar é qual a trajetória da terceirização no Brasil?

Como um sindicato que não foge às suas lutas, o Sindeepres organizou a maior série de pesquisas sobre o tema, tendo a frente Marcio Pochmann – professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, atualmente presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O sindicato abriu sua base de dados para que se conhecesse: a evolução dos estabelecimentos de terceirização segundo região geográfica de origem – São Paulo; dos estabelecimentos de terceirização sem empregado; do tamanho dos estabelecimentos de terceirização segundo número de empregados entre 1985 e 2010; do indicador de Rais negativa dos estabelecimentos de terceiriza-

ção; dos estabelecimentos de terceirização natureza jurídica; dos estabelecimentos de terceirização optantes do Simples; dos estabelecimentos de terceirização segundo setor de atividade econômica; da relação entre folha de pagamento e os estabelecimentos de terceirização, entre outros dados.

Resumindo: na segunda parte, a pesquisa analisa a evolução das empresas de terceirização, as principais características das empresas de terceirização e os impactos das decisões empresariais de terceirização de mão de obra.

A pesquisa utiliza como base um conjunto de dados sistematizados para o estado de São Paulo, a partir das informações geradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – e pelo Sindeepres, maior sindicato de trabalhadores terceirizados e temporários das Américas, que conta com 160 mil associados e representa mais de 700 mil trabalhadores na área de prestação de serviços de todo o estado de São Paulo.

Com a apresentação da pesquisa **“Sindeepres: A modalidade empresarial na terceirização da mão de obra”**, o professor Marcio Pochmann dará continuidade à série de estudos sobre terceirização, que teve início em 2007 com quatro importantes pesquisas sobre o setor: **“Sindeepres: Trajetórias da terceirização**, lançada no último dia 17 de outubro de 2011, além das pesquisas **“Sindeepres: A transnacionalização da terceirização na contratação do trabalho”**; **“Sindeepres: A superterceirização dos contratos de trabalho”**; e a **“Sindeepres: A sindicalização no emprego formal terceirizado no estado de São Paulo”**; uma parceria com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo – Sindeepres.

Com base nos dados, o Sindeepres vai à luta para melhorar o que não está bom e celebrar as conquistas, que são muitas. Fruto desse trabalho, o Sindeepres põe na mesa a realidade dos números com a certeza de que o trabalhador confia que só com sua organização ele é forte e conseguirá melhorar sua situação.

Agradecemos a parceria com o Ministério do Trabalho e com o professor Marcio Pochmann, uma referência na pesquisa sobre mercado de trabalho.

Lembramos, contudo, que essa nova pesquisa é a segunda de três trabalhos que divulgaremos até o fim deste ano e início de 2012. Ano em que comemoraremos 20 anos de atividades. E queremos comemorar com a certeza de que cada trabalhador terceirizado e temporário tem galgado seu espaço e crescido em número e qualidade.

Obrigado,

Genival Beserra Leite

Presidente do Sindeepres

◀ PARTE 2 ▶

Modalidade Empresarial na Terceirização da Mão de Obra

Evolução das Empresas de Terceirização

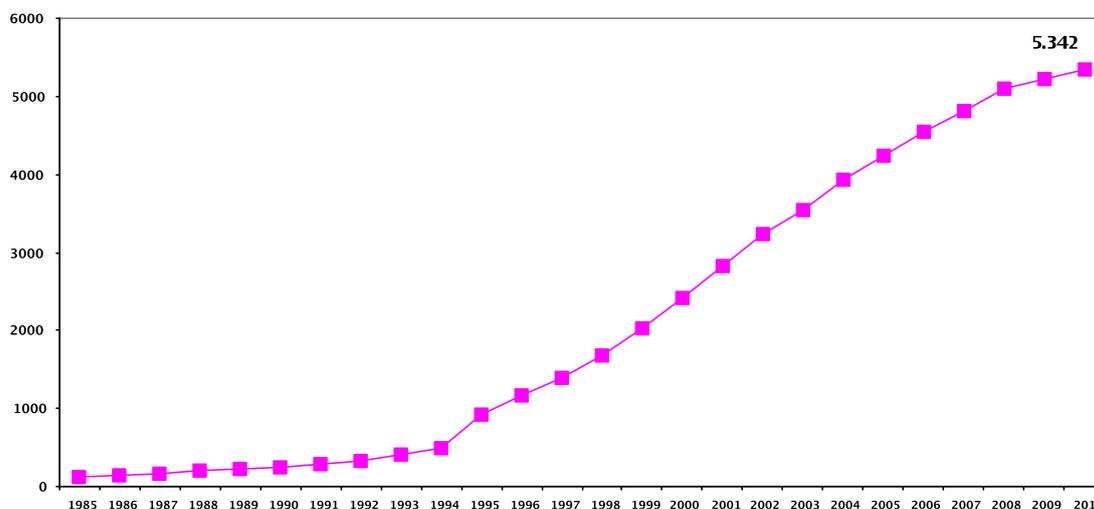
Nos últimos 25 anos, a evolução das empresas de terceirização registrou três fases distintas. A primeira esteve ativa até o Plano Real, em 1994, com a baixa expansão das empresas de terceirização. Entre 1985 e 1994, por exemplo, 41 novas empresas se estabeleciam, em média, por ano no estado de São Paulo.

Na segunda fase, ocorrida entre 1995 e 2008, o aparecimento das empresas de terceirização foi extremamente elevado. Nesse período houve o registro de 355 estabelecimentos por ano, em média, o que significou quase 8,7 vezes maior o ritmo de expansão empresarial da terceirização em relação ao período de preestabilização monetária, iniciado em 1994.

Por fim, a partir da crise global de 2008, o aparecimento de empresas de terceirização voltou a arrefecer. Entre 2008 e 2010, 119 empresas foram registradas no estado de São Paulo, o que representou uma queda de 66,5% na marcha de ampliação empresarial na terceirização ante os anos de 1995 e 2008.

GRÁFICO 1

Evolução dos estabelecimentos de terceirização – São Paulo



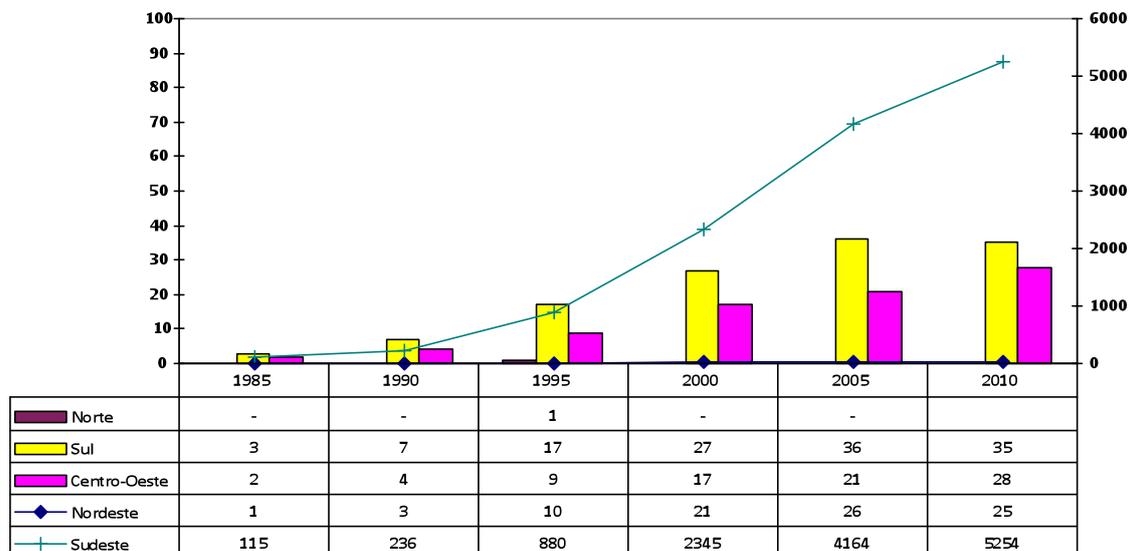
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

No estado de São Paulo, encontram-se empresas de terceirização provenientes de praticamente todas as grandes regiões geográficas do país. Do conjunto das 5.342 empresas registradas oficialmente em 2010, 98,3% originavam-se da região Sudeste. Em segundo lugar encontram-se as empresas da região Sul e Centro-Oeste.

Entre 1985 e 2010, as empresas de terceirização de mão de obra estabelecidas no estado de São Paulo cresceram ao ritmo médio anual de 205 novas empresas. Da região Sul o aumento médio anual foi 1,3 empresas e do Centro-Oeste um estabelecimento apenas.

GRÁFICO 2

Evolução dos estabelecimentos de terceirização segundo região geográfica de origem – São Paulo



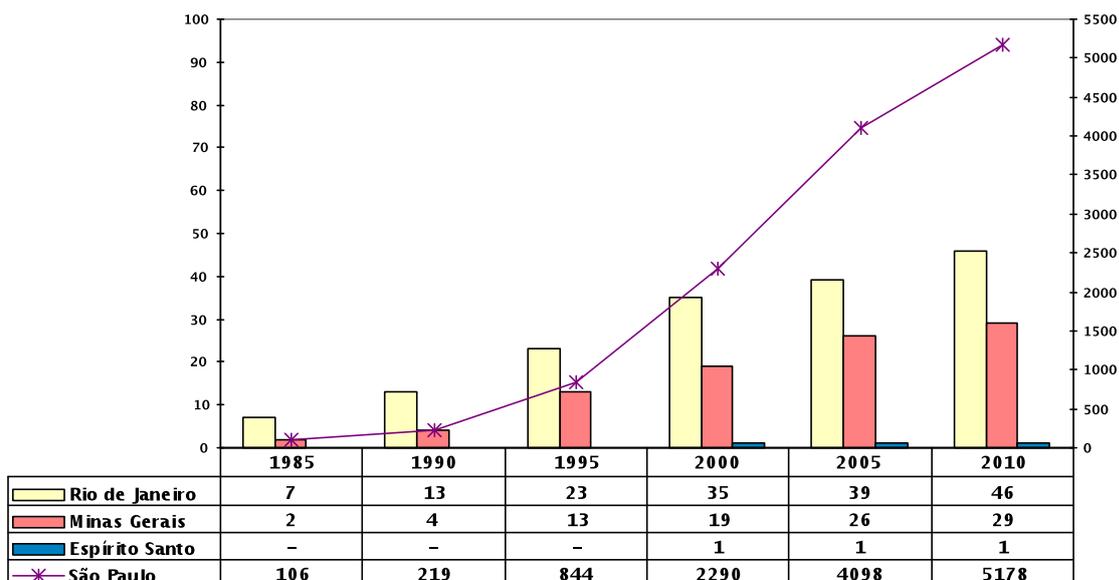
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

As empresas paulistas de terceirização de mão de obra em operação no estado de São Paulo representavam 96,9% do total. Da região Sudeste, as empresas paulistas significavam 98,6%. Em segundo lugar aparecem as empresas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No período de 1985 a 2010, as empresas paulistas de terceirização de mão de obra estabelecidas no estado de São Paulo cresceram ao ritmo médio anual de 203 novas empresas. Do Rio de Janeiro, o aumento médio anual foi 1,6 empresas e de Minas Gerais somente 1,1 estabelecimento.

GRÁFICO 3

Evolução dos estabelecimentos de terceirização – São Paulo



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

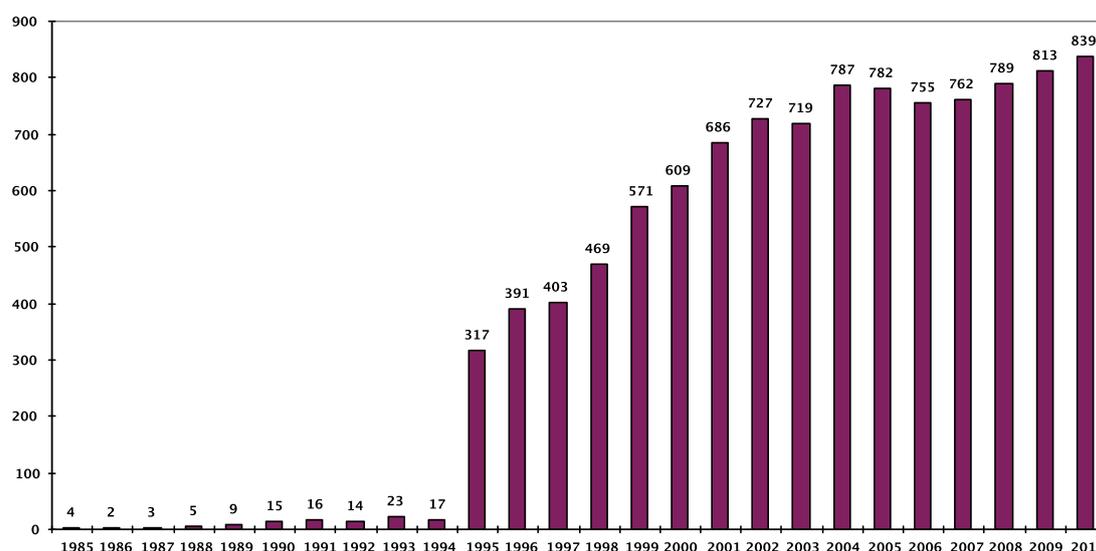
Em síntese, percebe-se que as empresas de terceirização de mão de obra em operação, em São Paulo, são originárias do solo paulista. A presença de empresas provenientes de outras regiões e estados da Federação é residual, pelo menos entre o período de 1985 e 2010.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS DE TERCEIRIZAÇÃO

Na fase em que a expansão das empresas de terceirização de mão de obra foi maior no estado de São Paulo, especialmente entre 1995 e 2008, a abertura de estabelecimentos sem empregados foi importante. Das 355 empresas que apareceram no estado de São Paulo após a estabilização monetária, 17% delas eram empresas sem empregados. Isso porque a abertura de empresas sem empregados foi multiplicada por 46,4 vezes, enquanto o total de empresas de terceirização de mão de obra foi multiplicado por 5,5 vezes no mesmo período de tempo.

GRÁFICO 4

Evolução dos estabelecimentos de terceirização sem empregado – São Paulo



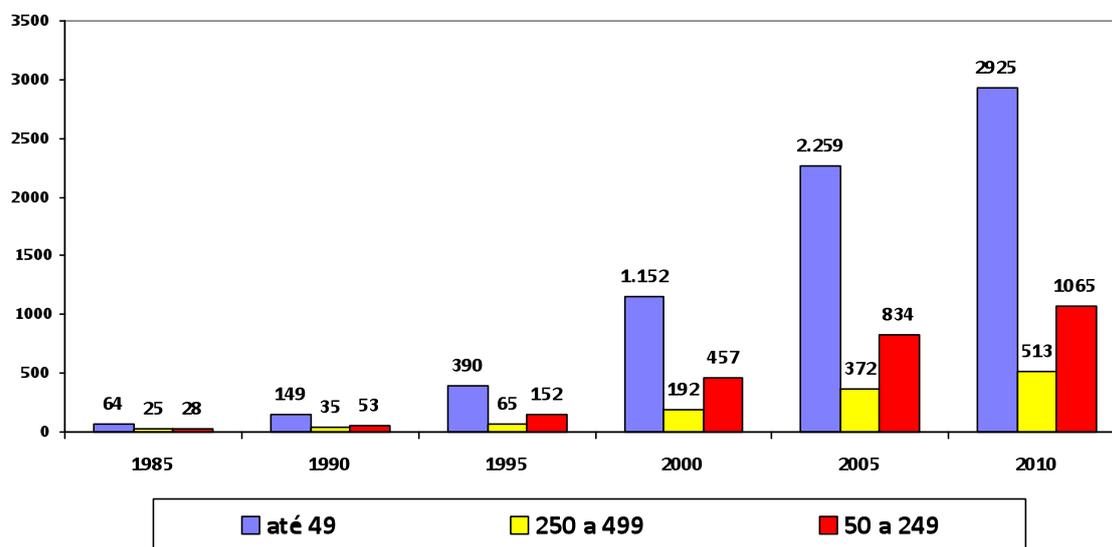
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Até 1994, a presença de empresas de terceirização de mão de obra sem empregados era residual. Com a estabilização monetária, contudo, o crescimento nesta modalidade empresarial de terceirização de mão de obra se aprofundou, pelo menos entre 1995 e 2004, com a expansão de 77 novos estabelecimentos registrados ao ano, em média. De 2005 a 2010, no entanto, a abertura de novos empreendimentos sem empregados refluíu para 10,4 novas empresas.

No ano de 2010, 65% do universo de empresas de terceirização de mão de obra em operação no estado de São Paulo possuíam menos de 50 empregados. Em segundo lugar encontravam-se as empresas de 50 a 249 empregados (23,6%), seguidas das grandes empresas, com mais de 250 empregados no ramo de terceirização de mão de obra (11,4%).

GRÁFICO 5

Evolução do tamanho dos estabelecimentos de terceirização segundo número de empregados entre 1985 e 2010 – São Paulo

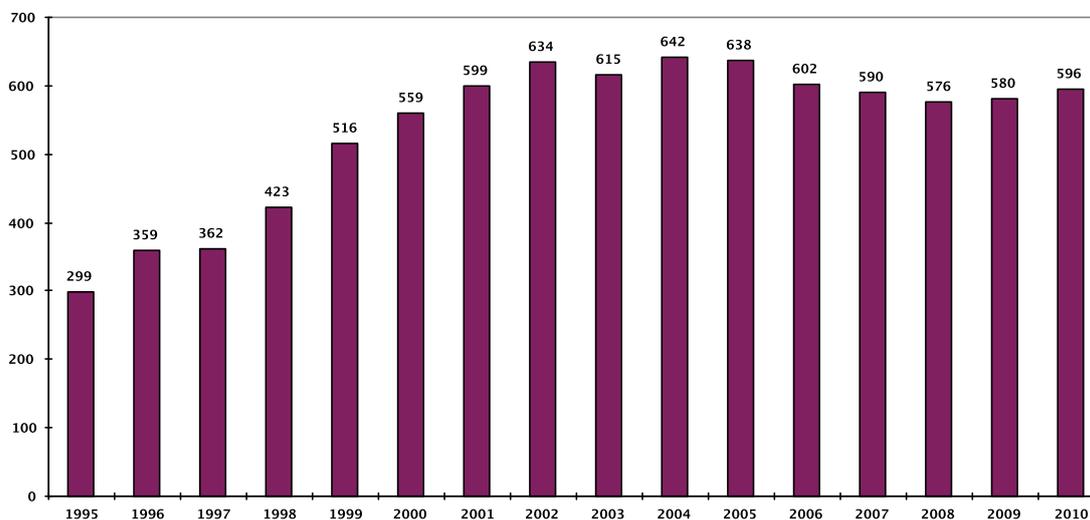


Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Em 1985, as empresas com menos de 50 empregados respondiam por 54% do total dos estabelecimentos de terceirização de mão de obra, enquanto aquelas de 50 a 249 empregados representavam 23,9% e de mais de 249 empregados eram 21,3% do total. Entre 1985 e 2010, as empresas com até 49 empregados foram multiplicadas por 45,7 vezes, enquanto as firmas de 50 a 249 empregados foram multiplicadas por 38 vezes. As grandes empresas de terceirização de mão de obra, com mais de 249 empregados, foram multiplicadas por 20,5 vezes no mesmo período de tempo.

GRÁFICO 6

Evolução do indicador de Rais negativa dos estabelecimentos de terceirização – São Paulo

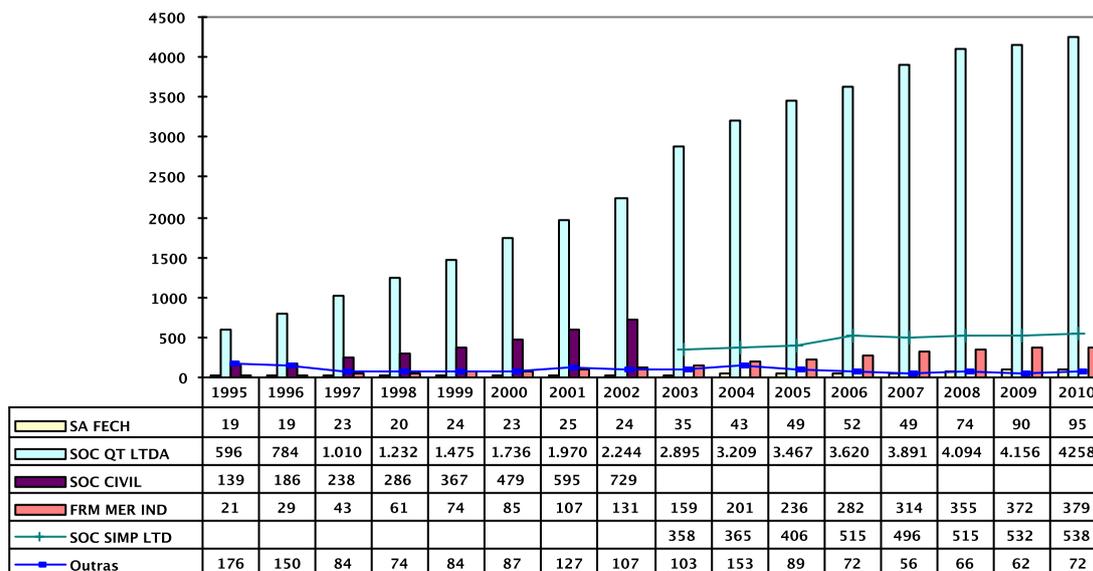


Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Em relação ao segmento das empresas de terceirização que apresentaram o indicador de Rais negativo, constata-se o seu crescimento, ainda que mais significativo entre os anos de 1999 e 2006. Nesse período, o crescimento médio foi 14,2% ao ano. De 2007 a 2010 a expansão reduziu para 3,7% ao ano, em média.

GRÁFICO 7

Evolução dos estabelecimentos de terceirização natureza jurídica – São Paulo

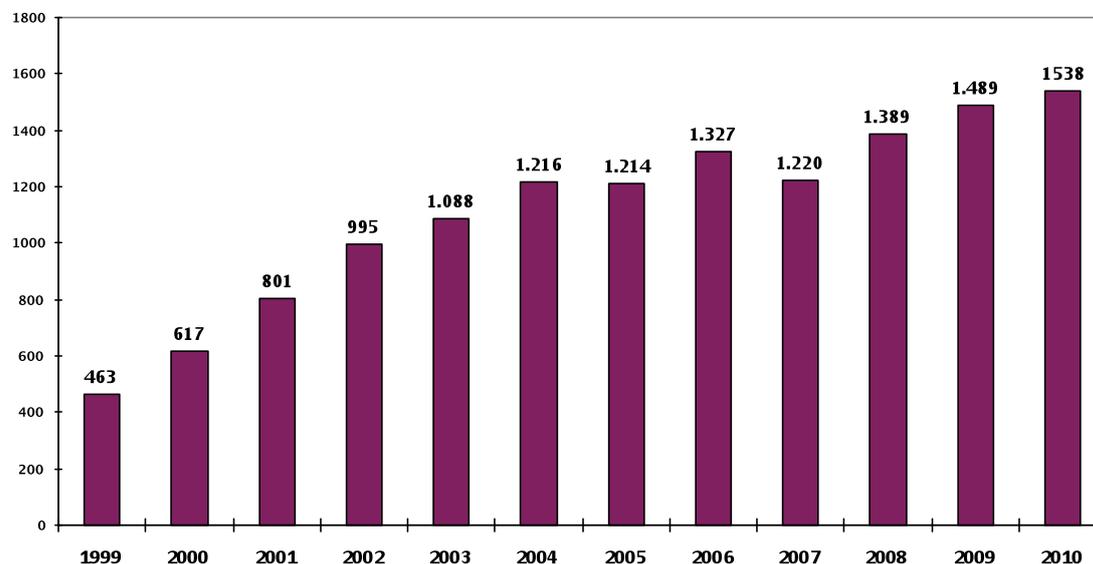


Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Considerando-se a natureza jurídica dos estabelecimentos de terceirização em operação no estado de São Paulo, observa-se a prevalência das sociedades limitadas. No ano de 2010, as sociedades limitadas eram 79,7% do universo de empresas de terceirização de mão de obra. No ano de 1995, contudo, as sociedades limitadas representavam 64,5% do total em operação no estado de São Paulo.

GRÁFICO 8

Evolução dos estabelecimentos de terceirização optantes do Simples – São Paulo

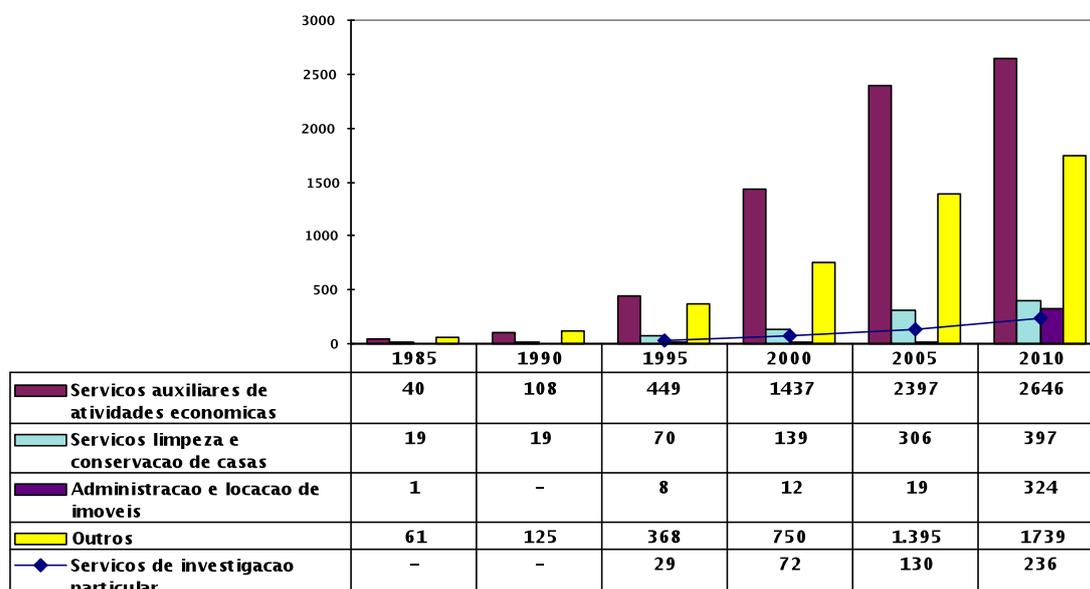


Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Ainda em relação ao regime jurídico das empresas de terceirização, nota-se a importante participação relativa daquelas optantes do Simples. No ano de 2010, elas representavam 28,8% do total das empresas em operação no estado de São Paulo, enquanto em 1999 eram 22,8%. Do total das empresas optantes do regime Simples, 55% delas eram constituídas por firmas sem empregados. Por fim, em relação ao setor de atividade a que pertencem, as empresas de terceirização de mão

GRÁFICO 9

Evolução dos estabelecimentos de terceirização segundo setor de atividade econômica – São Paulo



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

de obra. No estado de São Paulo, 49,5% do total das empresas de terceirização encontram-se situadas no setor de Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas.

Na sequência, destacam-se as empresas de terceirização relacionadas a outros setores, sendo importante mencionar o de Limpeza e Conservação (7,4%) e Administração e Locação de Imóveis (6,1%). Em 1985, as empresas de terceirização de mão de obra associados aos Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas representavam 33,1% do total das firmas em operação no estado de São Paulo.

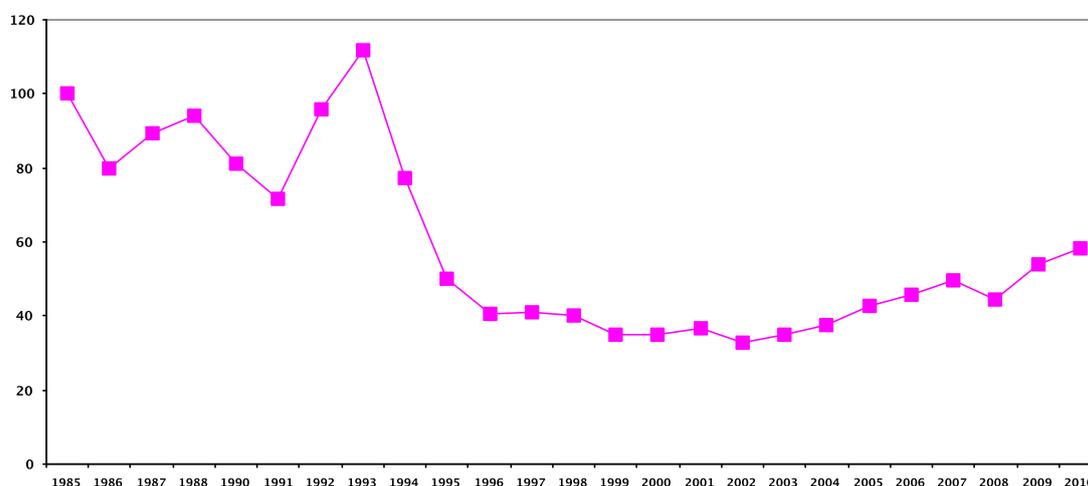
IMPACTOS DAS DECISÕES EMPRESARIAIS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Diante das distintas modalidades empresariais de terceirização constatadas no estado de São Paulo, passa-se a considerar alguns dos principais impactos gerados pelas decisões ao longo do tempo para a mão de obra. Somente no segmento da terceirização da mão de obra observa-se a trajetória de queda na participação da folha de pagamento nas empresas.

Durante o período de alta inflação, a folha de pagamento nas empresas de terceirização registrou queda em termos reais equivalente a 10% em relação ao ano de 1985. Entre 1993 e 2002, a folha de pagamento nos estabelecimentos de terceirização de mão de obra registrou redução estimada em 67,3%.

GRÁFICO 10

Evolução da relação entre folha de pagamento e os estabelecimentos de terceirização – São Paulo



Fonte: MTE/Rais.

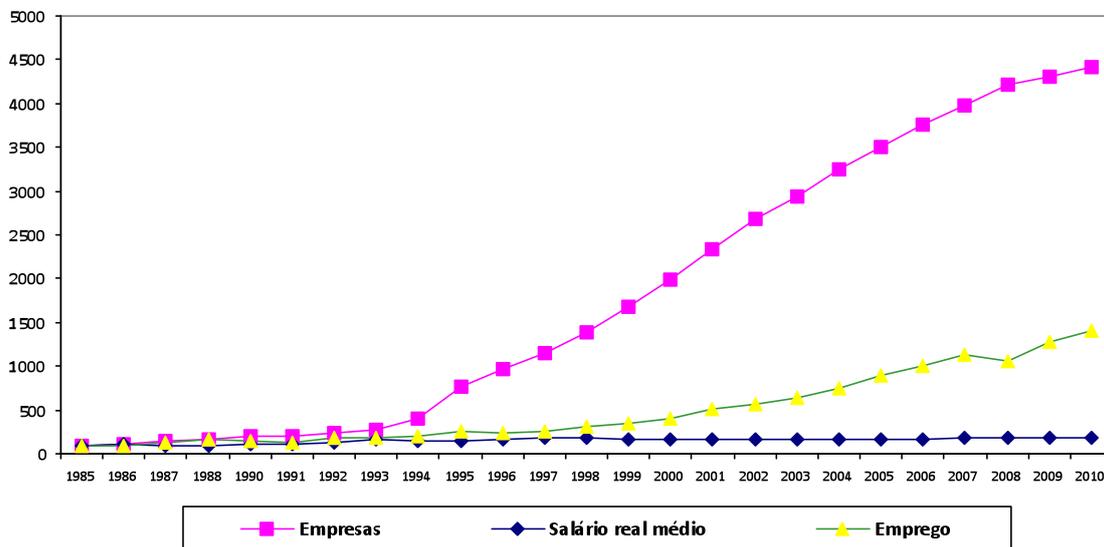
Elaboração própria.

Obs.: 1985 = 100.

A partir de 2003, contudo, a folha de pagamento das empresas de terceirização apresentou leve recuperação em relação ao patamar alcançado no início da década de 2000. Entretanto, a folha de pagamento real dos terceirizados encontra-se ainda 42% inferior ao verificado em 1985.

GRÁFICO 11

Evolução das empresas de terceirização, dos empregados e do salário real médio – São Paulo



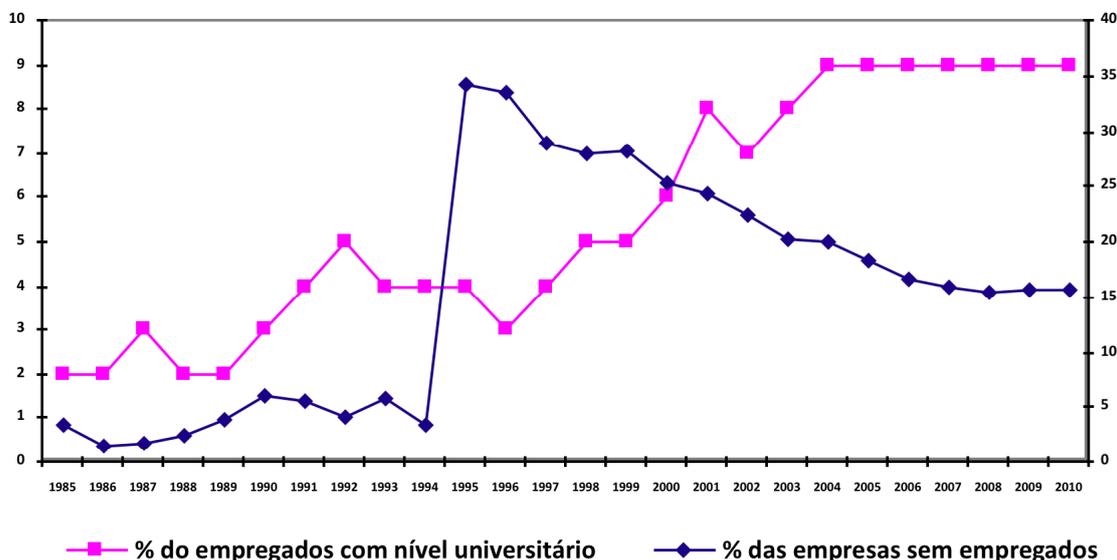
Fonte: MTE/Rais.
 Elaboração própria.
 Obs.: 1985 = 100.

Como se pode perceber, a expansão das empresas de terceirização desde 1994 seguiu em um ritmo 3,1 vezes superior à expansão do emprego e 24,1 vezes superior ao comportamento dos salários. Nessas circunstâncias, a modalidade empresarial na terceirização da mão de obra tornou-se mais eficiente na contratação, com custos menores para a prestação de serviços.

GRÁFICO 12

Evolução do percentual de empregados terceirizados com nível universitário e do percentual das empresas de terceirização sem empregados – São Paulo

(Em %)



Fonte: MTE/Rais.
 Elaboração própria.

Exemplo disso pode-se verificar o papel que passou a ter a expansão das empresas de terceirização sem empregados frente ao crescimento dos trabalhadores com nível universitário. Nesse caso, se considerada a participação relativa das empresas sem empregados, no total das empresas com empregados, e dos trabalhadores com nível universitário, em relação ao total de ocupados terceirizados, percebe-se a estagnação durante o período de estabilização monetária.

A partir daí, verifica-se o movimento de expansão relativa, embora sem sustentação entre as empresas sem empregados. Somente o peso relativo dos trabalhadores com nível universitário continuou a se expandir, até o ano de 2005, quando voltou a se manter estagnado.

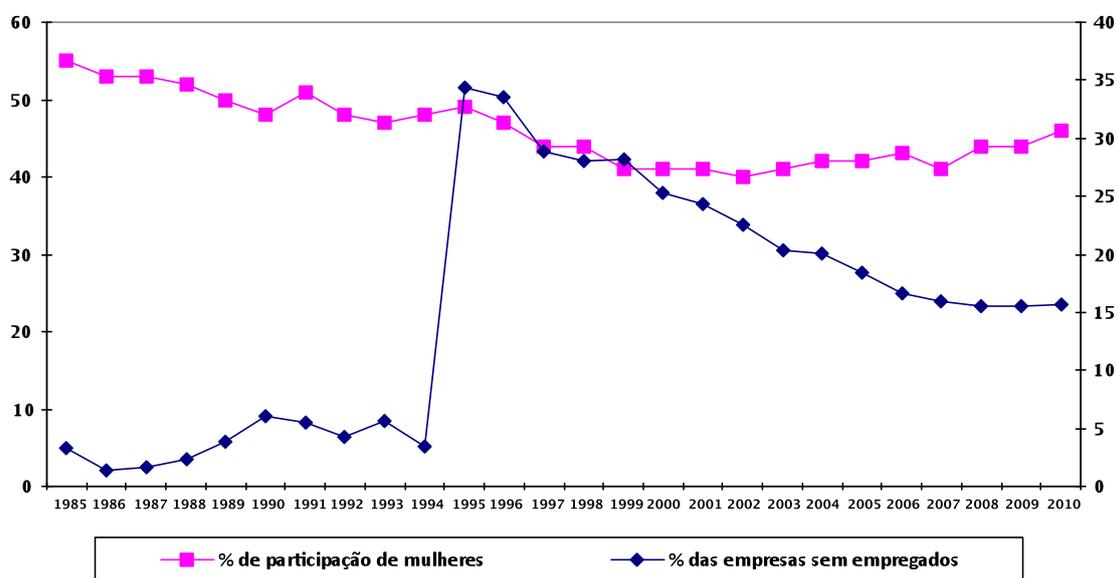
Nota-se que a mudança de patamar na presença relativa das empresas de terceirização sem empregados, no total das empresas a partir de 1994, não repercutiu favoravelmente na presença feminina. Pelo contrário, pois se manteve intacto o movimento de declínio relativo ao peso das mulheres, no total da ocupação terceirizada, no estado de São Paulo.

Em 2010, por exemplo, a presença das mulheres, no total dos empregados terceirizados, era 16,4% inferior ao verificado em 1985. Em relação à participação das empresas de terceirização sem empregados no total da firmas constatou-se que no ano de 2010 era 4,8 vezes maior que em 1985.

GRÁFICO 13

Evolução do percentual de mulheres empregadas e das empresas sem empregados de terceirização – São Paulo

(Em %)



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

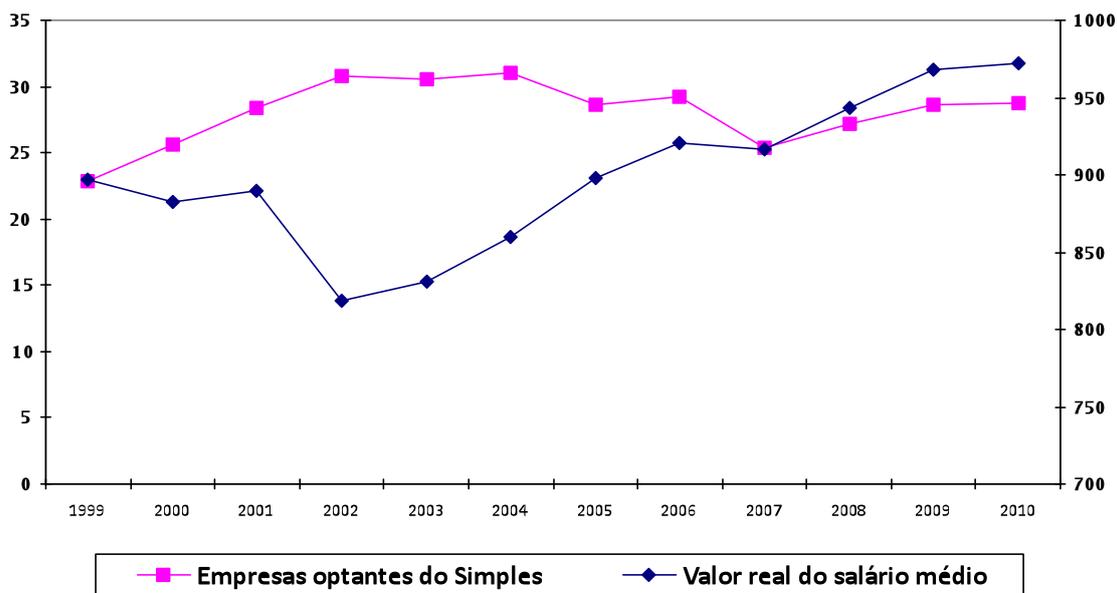
Já em relação ao acesso e difusão da opção patronal pelo Simples pode-se perceber certa relação positiva com o comportamento do valor real do salário médio dos empregados terceirizados. Especialmente a partir de 2003, com a recuperação do poder de compra do salário real médio. No ano de 2010, a participação das empresas de terceirização optantes do Simples foi 26,3% superior ao ano de 1999. Nesse mesmo período, o valor real do salário médio dos empregados

terceirizados foi 8,4% maior.

GRÁFICO 14

Evolução do percentual de empresas optantes do Simples e do valor real médio do salário dos empregados terceirizados – São Paulo

(Em R\$)



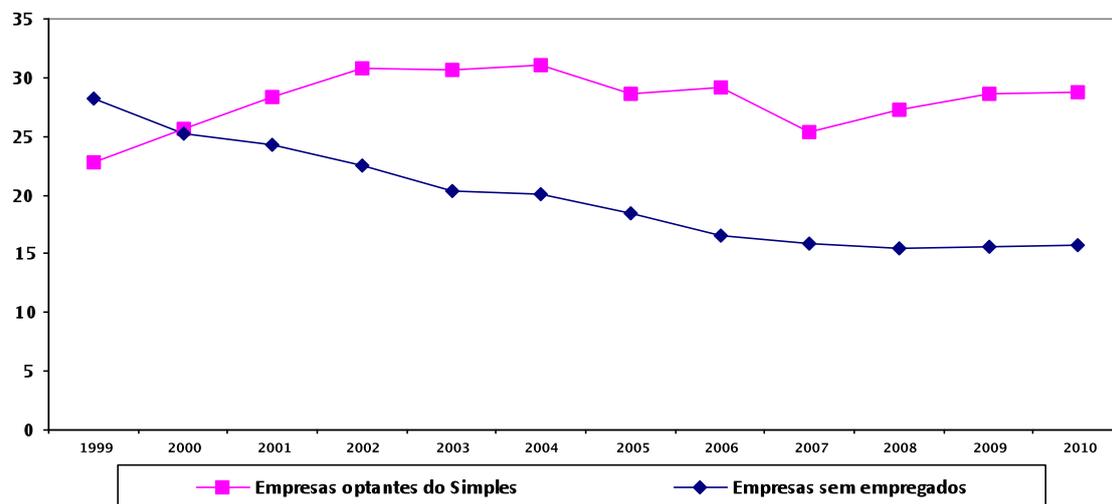
Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Para o quesito relação entre empresa optantes do Simples e empresas de terceirização sem empregados, conta-se movimento distinto. Em 2010, por exemplo, a participação relativa das empresas sem empregados, no total dos estabelecimentos de terceirização no estado de São Paulo, foi 44,3% menor que a do ano de 1999. Nesse mesmo período de tempo o percentual de empresas de terceirização optantes do Simples passou de 22,8% para 28,8%. Ou seja, aumento de 26,3% acumulado entre 1999 e 2010.

GRÁFICO 15

Evolução do percentual de empresas optantes do Simples e de empresas de terceirização sem empregados – São Paulo

(Em R\$)

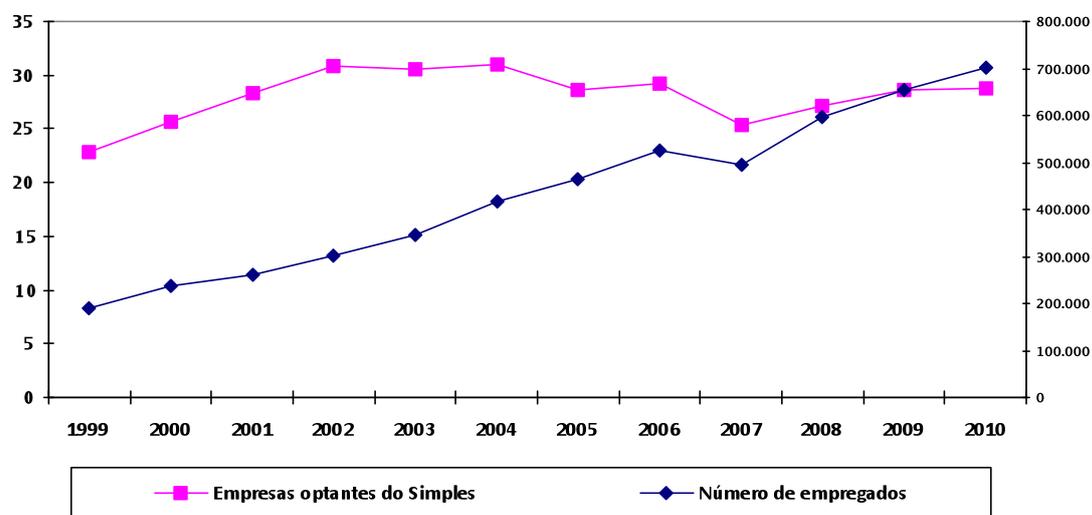


Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Da mesma forma observa-se certa relação positiva entre as empresas optantes do Simples e a quantidade de empregados terceirizados. Em 11 anos, ou seja, entre 1999 e 2010, o peso das empresas optantes do Simples cresceu 26,3% e a quantidade de empregados terceirizados foi multiplicado por 3,7 vezes.

GRÁFICO 16

Evolução do percentual de empresas optantes do Simples e do número de empregados em empresas de terceirização – São Paulo



Fonte: MTE/Rais.
Elaboração própria.

Fruto das decisões patronais, as empresas de terceirização sofreram mudanças importantes nos últimos 25 anos. Com o apoio governamental, a implantação do Simples foi acompanhada pelas empresas de terceirização da elevação da quantidade de trabalhadores e do valor real do salário médio recebido.

Tudo isso, contudo, parece não ter se tornado suficiente para evitar a queda relativa da folha de pagamento dos trabalhadores, em relação ao avanço das empresas. Ou seja, a estruturação do setor patronal seguiu a lógica de contenção relativa da folha de pagamento, não obstante a ampliação do nível ocupacional e da remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com a descrição anterior, a evolução das empresas de terceirização ganhou forte impulso a partir do estabelecimento da estabilidade monetária, em 1994. Com isso, as empresas de terceirização ampliaram o número de trabalhadores, sobretudo dos estabelecimentos provenientes do próprio estado de São Paulo.

Parcela importante de contribuição no crescimento do universo de empresas de terceirização se deveu ao aparecimento das firmas sem empregados. Concomitante, assistiu-se à elevação da participação relativa dos trabalhadores com maior escolaridade e redução do peso feminino do total da ocupação terceirizada.

Com a alteração na modalidade empresarial de terceirização da mão de obra, constatou-se que a folha de pagamento perdeu participação relativa nas empresas. Mesmo assim, cresceu o peso das empresas optantes do Simples.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMORIM, R. et al. *Os trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 2008. 2 v.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BALTAR, P. E. A. et al. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSE, J. E. L. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.
- BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. Campinas, 2003.
- BRYMAN, A. *Research Methods and Organization Studies*. London: Routledge, 1989.
- CACCIAMALI, M. et al. Crescimento econômico e geração de emprego. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 12, 1995.
- CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- COCCO, G. et al. *Empresários e empregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CÓRDOBA, E. Del empleo total al trabajo atípico. *Revista Internacional del Trabajo*, Genebra, v. 105, n. 4, oct./dic. 1986.
- CORREIA, A. *A flexibilidade nas empresas*. Lisboa: Sílabo, 2003.
- CROMPTON, L. et al. *Changing forms of employment*. London: Routledge, 1996.
- DAU, D. et al. (Orgs.). *Terceirização no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume/CUT, 2009.
- DELFIN NETTO, A. *O desemprego neosocial*. Brasília, 1996. Mimeografado.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Fundo de garantia e estabilidade no emprego*. São Paulo, 1971. Mimeografado.
- _____. *Desemprego e as políticas de emprego*. São Paulo, 1994.
- DUCATTE, J. *Après la crise-enterprise post-taylorienne*. Paris: D'Organisation, 1995.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- EGLER, T.; SMITH, C. *Global Japanization? The transnational transformation of the Labour process*. London: Routledge, 1994.
- FERNANDES, R. (Org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.
- GASPARINI, G. (Orgs.). *La Flexibilité en Italie*. Paris: Syros Alternatives, 1989.
- GROSSI, M.; SILVA, J. *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. Brasília: UnB, 2006.
- HARVEY-JONES, J. *A era da flexibilidade*. Lisboa: Cetop, 1993.
- KREIN, J. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho da Unicamp). Campinas, 2001.
- MACEDO, R.; CHAHAD, J. *FGTS e a rotatividade*. Brasília: Nobel, 1985.
- MATTOS, F. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009.

- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: FPAbramo, 1999.
- MORALES, R. *Flexible production*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- MOREIRA, M.; NAJBERG, S. O impacto da abertura comercial sobre o emprego. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- MORETTO, A. J.; POCHMANN, M. Informalidade e ocupação no Brasil. In: TEIXEIRA, M. et al. (Orgs.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo, 2005. p. 221-244.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PASTORE, J. *Flexibilização do mercado de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo: LTr, 1994.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *e-trabalho*. São Paulo: Publisher, 2002.
- _____. *A superterceirização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2009.
- _____. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Líber livro, 2011.
- PRIES, L.; DOMBOIS, R. *Modernización empresarial*. Caracas: NS, 1993.
- PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, 2003.
- RODRIGUES, M. *Competitividade e recursos humanos*. Lisboa: Quixote, 1991.
- SANTOS, A. et al. (Orgs.). *As empresas e a dinâmica das profissões*. Lisboa: IEFO, 1993.
- SOUZA, P. R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- TAYLOR, F. *Organisation du travail et économie des entreprises*. Paris: D'Organization, 1990.
- TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas relações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.
- TREU, T. La flexibilité du travail em Europe. *Revue Internationale du Travail*, v. 131, n. 4, 1992.



EXPEDIENTE



Revisão
Cindy Nagel
Cleide Gonçalves

Design Gráfico
Shine Comunicação

Realização



SINDEEPRES